

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Jornal do Brasil

CLASS. : 87

DATA : 11.01.85

PG. : _____

Figueiredo reexamina mineração em reservas

Brasília — O Presidente da República determinou o reexame do decreto que autoriza a pesquisa mineral em terras indígenas. A informação foi fornecida ontem à noite pelo presidente da Funai, Nelson Marabuto, que qualificou a atitude de "um gesto de grandeza do Presidente, além de uma homenagem às comunidades indígenas".

Marabuto denunciou que o texto de decreto assinado pelo Presidente Figueiredo "descarta a Funai da própria competência de regulamentar a lei", ao eliminar o Artigo 9º do decreto de nº 88.985, de novembro de 1983, atualmente em vigor. Observou Marabuto que o decreto assinado antecede por Figueiredo se deu à revelia e com a supresa da Funai, contrária à medida.

Proibição e indignação

O presidente da Funai, Nelson Marabuto, reuniu-se ontem de manhã em seu gabinete com as principais lideranças indígenas do país, entre as quais o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ). Após o encontro ele decidiu transmitir mensagem, pelo rádio, a todas as delegacias, parques nacionais e ajudâncias do órgão, determinando que não seja permitido o ingresso de companhias de mineração ou de garimpeiros nas reservas indígenas.

O chefe de gabinete de Marabuto, o índio Marcos Terena, declarou que o Presidente João Figueiredo, "mesmo de um leito de hospital conseguiu agredir a comunidade indígena. Isso era até esperado, porque ele, no início de seu Governo, em 1980, extinguiu a reserva waimiri-atroari, no Amazonas, para beneficiar a empresa Paranapenama de Mineração. Ele conseguiu agredir os índios no início e no final de seu Governo".

Terena criticou também a posição do Governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, favorável ao decreto presidencial, afirmando que tanto ele quanto o irmão estão ligados a empresas de mineração multinacionais e detêm, em Roraima, 56 mil hectares em áreas indígenas, para mineração.

Presente à coletiva convocada por Nelson Marabuto, o índio Raoni, cacique trucarramãe, brandiu sua borduna dizendo: "Não pode ter garimpo não. O branco quer acabar com nossa vida. Quero falar com Figueiredo, Venturini e Andrezza para explicar como o meu povo está sendo acabado pelo branco".

O cacique Aniceto, da Reserva de São Marcos, um dos mais exaltados durante a reu-

nião, afirmou que não permitirá a entrada de pessoas estranhas em sua área, mas se isso acontecer pretende, primeiro, tomar todos os equipamentos e armas. "Se alguém reagir, a gente vai matar todo mundo".

Revolta

"É lamentável que um ministro de Estado se aproveite da situação de saúde do Presidente, mal saído da anestesia, para fazê-lo assinar um decreto nocivo como este." Foi a afirmação do recém-empossado presidente do Comitê Permanente do Quinquênio da Conservação da Natureza (Pronatura), Otávio Melo Alvarenga, contra o decreto do Presidente Figueiredo que permite a exploração de jazidas minerais em reservas indígenas.

Alvarenga, que também preside a Sociedade Nacional da Agricultura, tomou posse ontem à tarde à frente da primeira diretoria do Pronatura, e previu "uma corrida de empresas minerais e de garimpeiros as terras indígenas com o consentimento governamental".

Do futuro Presidente Tancredo Neves, Alvarenga espera que "inclua a revogação deste decreto, que permite a exploração mineral nas reservas indígenas, entre os primeiros atos do seu governo".

Contradições

Depois de divulgada a assinatura, antecede, pelo Presidente da República, do decreto autorizando a mineração em terras indígenas, ontem o Ministro das Minas e Energia, César Cals, e o porta-voz da Presidência, Carlos Atila, se referiram ao fato. Disse o primeiro que o que existia era uma minuta de decreto; o segundo que o Ministro "me disse que o Presidente aprovou em tese a medida".

César Cals afirmou não ser admissível que o Brasil não possa explorar todo o potencial mineral existente em 45 milhões de hectares "ricos em minérios estratégicos". "Isso é de interesse do Brasil", acrescentou.

Em Salvador, a seção baiana da ANAI (Associação Nacional de Apoio ao Índio) enviou telegrama ao Presidente Figueiredo condenando sua decisão de assinar o decreto, destacando que compromissos com grupos econômicos poderosos e as regalias que daí advêm explicam a atitude dos três signatários do decreto, "responsáveis diretos pela dizimação de inúmeras vidas humanas, que a presença de mineradoras em áreas indígenas acarretará".